



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

1

MEMÓRIA DE REUNIÃO

2 **Assunto:** 7ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação de Substâncias Químicas

3 **Local:** Sala 735 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Esplanada dos
4 Ministérios, Brasília/DF.

5 **Data:** 19 de março de 2025.

6 **Horário:** 9h às 17h

7 **Participantes:** Lista de presença anexa.

8 **I Objetivo:**

9 A reunião teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT)
10 sobre regulação de substâncias químicas, com discussão da minuta de Decreto regulamentador,
11 focando nos tópicos de Cadastro/Inventário e Priorização, Avaliação de risco e Comitês Técnico
12 e Deliberativo.

13 **II Atividades**

14 **Abertura**

15 A *Diretora de Qualidade Ambiental* e *Coordenadora do GT*, Thaianne Resende, abriu a
16 reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião estava
17 sendo gravada e submeteu a pauta para aprovação.

18 **Aprovação das memórias da 1ª, 2ª e 3ª reunião**

19 A *Coordenadora do GT* informou que as memórias foram encaminhadas no dia 14/03, com
20 prazo para comentários até 18/03, não tendo a coordenação recebido nenhum comentário.
21 Relembrou que conforme comunicado na 1ª reunião do GT, a relatoria estava sob
22 responsabilidade do MMA.

23 Submeteu as memórias para aprovação. Não havendo objeções, as memórias foram aprovadas.
24

25 **Calendário de reuniões**

26 A *Coordenadora do GT* informou que o calendário de reuniões está disponível no site do
27 MMA.

28 **Discussão do normativo**

29 A *Coordenadora do GT* explicou que a coordenação recebe muitos e-mails e ligações
30 questionando sobre a participação no GT. Relembrou que na 3ª RO da Conasq foi informado que
31 indicações fora do prazo poderiam atrapalhar o andamento do GT.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

32 Falou que, conforme Termo de Referência (TdR), o MMA recebeu as indicações das
33 instituições integrantes da Conasq, convidou especialistas e recebeu pedidos de instituições,
34 empresas e pessoas para participarem como ouvintes. Explica que o GT está dividido em duas
35 categorias: (1) membros; e (2) ouvintes. Conforme TdR, a Conasq dará ciência à lista de membros
36 e ouvintes.

37 A Coordenadora do GT explicou que este é um processo administrativo e que não altera a
38 dinâmica das reuniões; como sempre estava sendo até então, os membros ficam sentados à
39 mesa e os ouvintes atrás. Em relação ao envio de documentos e recebimento de contribuições,
40 disse que seria um processo restrito aos membros do GT. Pediu para os ouvintes enviarem
41 contribuições por meio dos representantes do setor inseridos no quadro de membros do grupo
42 de trabalho. Por fim, reforçou que os documentos públicos serão postados no site do MMA.

43 **Estratégia de Atuação dos GT**

44 A Coordenadora do GT relembrou que o grupo de trabalho foi dividido em oito subgrupos: (1)
45 detalhamento das exclusões da lei; (2) cadastro e inventário; (3) novas substâncias químicas; (4)
46 avaliação de risco e medidas de gerenciamento de risco; (5) cooperação regulatória; (6)
47 confidencialidade; (7) teste em animais; e (8) taxa. A coordenadora passou a palavra para os
48 coordenadores, para que fizessem os relatos. Passou a palavra para os coordenadores dos
49 subgrupos, para que fizessem seus relatos.

50 Aristeu Junior (Ministério da Saúde), coordenador do subgrupo 1, informou que recebeu
51 novas solicitações de pessoas para ingressar no subgrupo. Há previsão de uma agenda mais
52 intensa para entregar a proposta de redação dentro do prazo acordado em reuniões anteriores.

53 Camila Hubner (Abiquim), coordenadora do subgrupo 2, falou que no dia anterior o subgrupo
54 discutiu alguns pontos sensíveis na parte do Cadastro; avançaram em alguns pontos, enquanto
55 outras questões ainda precisam ser definidas. Destacou que a reunião do dia anterior foi
56 excelente e comentou sobre a importância do tempo no amadurecimento das discussões.

57 Anax Falcão (SBTox), coordenador do subgrupo 4, informou que o grupo havia se reunido na
58 semana anterior remotamente. No dia 19/03 o subgrupo discutiu o Cadastro, sendo levantadas
59 algumas propostas. O subgrupo conseguiu chegar a um consenso sobre o processo que será
60 adotado para a priorização, sendo necessário, agora, escrever o texto. Falou que, para isso,
61 considerará os comentários e as sugestões feitas no dia anterior.

62 Ariadne Moraes (CNI), coordenadora do subgrupo 5, falou que os membros já possuem uma
63 proposta desenhada, a qual está em avaliação pelos membros do subgrupo. Disse que na
64 próxima reunião, se tudo correr bem, a proposta será apresentada na reunião principal do GT.

65 Alan Alves (IBAMA), coordenador do subgrupo 6, disse que o subgrupo se reuniu e fez alguns
66 ajustes no texto de acordo com a última reunião do GT. Explicou que o texto já está bem
67 amadurecido e que o subgrupo fará alguns acréscimos antes da reunião do GT principal e disse
68 que o próximo encontro já está agendado

69 Bianca Marigliani (HWFA), coordenadora do subgrupo 7, informou que há reunião agendada



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

70 para o dia 25/03. Disse que há pendências da última reunião, além dos comentários feitos na
71 minuta do texto pela casa civil. Falou que estes tópicos estarão na pauta do subgrupo.

72 Fernanda Pirillo, coordenadora do subgrupo 8, disse que o subgrupo não se reuniu, mas
73 trabalha em uma proposta de texto que será compartilhada com o subgrupo e, posteriormente,
74 com os demais.

75 **Discussão do normativo**

76 *Coordenadora do GT* iniciou este tópico agradecendo as contribuições enviadas pela Casa
77 Civil, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério Público do Trabalho. Falou que, como
78 combinado, as contribuições foram compiladas e enviadas para os membros do GT, sem análise
79 da coordenação do GT.

80 Foi feita uma retomada dos tópicos abordados no dia 18/03, com um breve resumo para os
81 membros que não estavam presentes. Sobre a exigência de informações de Município/UF de
82 fabricação, no caso de substâncias produzidas no território nacional Camila Hubner (ABIQUIM)
83 reforçou a necessidade de atrelá-las ao CNPJ. O Ministério da Saúde reforçou a necessidade da
84 exigência dessa informação na fase de cadastro.

85 *Coordenadora do GT* explicou que o inventário será feito com base nos dados do cadastro, e,
86 por isso, as informações devem ser disponibilizadas. Citou outros inventários já existentes para
87 demonstrar que essas informações são exigidas em outros países. No Canadá é exigido nome,
88 endereço da empresa notificante ou do importador, local de fabricação; nos Estados Unidos o
89 local de fabricação também é solicitado; a União Europeia exige, no REACH, local de fabricação
90 para os fabricantes, não sendo explicitado o local de importação. Disse que gostaria de ouvir do
91 setor o motivo de ter que ser diferente no Brasil.

92 Camila Hubner (ABIQUIM) explicou que o racional por trás é entender quais dados do cadastro
93 serão utilizados na fase de priorização. Disse que vai refletir sobre a questão e pensar em uma
94 proposta.

95 A *Coordenadora do GT* explicou que essa informação é importante para a formulação de
96 políticas públicas no Brasil. Destacou que o Ministério da Saúde e a área técnica do MMA
97 consideram esses dados relevantes.

98 Alan Alves (IBAMA) reforçou o objetivo de se formar o inventário, dizendo que não se reduz
99 ao mero cadastro, sendo, também, instrumento necessário para priorização e avaliação das
100 substâncias químicas, importante na tomada de decisão e construção de políticas públicas.
101 Destacou o art. 5º da Lei 15.022/2024.

102 Finalizando este tópico, a *Coordenadora do GT* solicitou que o setor justificasse o motivo da
103 informação sobre local de fabricação ou importação não ser necessária no Brasil, dado que
104 outros países a exigem.

105 Seguindo, os membros se concentraram em debater os artigos referentes à avaliação de risco.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

106 Fernanda Pirillo (Casa Civil) comentou que as disposições sobre a avaliação de risco e medidas
107 de gerenciamento de risco estavam confusas. Sugeriu que o texto fosse reescrito para separar
108 melhor essas duas etapas, se comprometendo a fazer essa edição na minuta.

109 Também foi colocado que a minuta apresentada pelo MMA estava detalhada demais. Foi
110 acordado entre os membros do GT que a minuta poderia ser simplificada, mantendo-se a base
111 essencial para a aplicação da Lei, o detalhamento ficaria para regulamentos e guias posteriores.
112 Anax Falcão (SBTox) se comprometeu a fazer as edições necessárias.

113 Os membros do GT pontuaram, ainda, a necessidade de revisar a minuta, para agrupar as
114 disposições relacionadas ao mesmo tema.

115 Finalizada essa parte, a reunião seguiu para o capítulo relativo aos Comitês Técnico e
116 Deliberativo. A *Coordenadora do GT* informou que o MMA ajustou o texto com base nos
117 comentários recebidos. Como o documento não havia sido compartilhado com o GT antes da
118 reunião, os membros solicitaram mais tempo para analisar a proposta. A discussão do Capítulo
119 sobre os Comitês ficou, então, pendente.

120 Discutiu-se o capítulo sobre as disposições finais. Foram abordadas questões relacionadas à
121 parte administrativa dos processos, com destaque para a necessidade de decidir que órgão
122 hospedaria os processos no SEI, publicaria atas, receberia as reuniões.

123 Washington Bonini (MDIC) destacou que é importante definir essas questões, para evitar
124 futura inoperância dos Comitês.

125 Sobre o apoio financeiro, logístico, de recursos humanos, dentre outros, Fernanda Pirillo (Casa
126 Civil) questionou se não caberia aos outros Ministérios, também, auxiliar com os custos dos
127 técnicos que participarão dos Comitês.

128 Os membros destacaram que prever novas linhas orçamentárias nos órgãos para apoio dos
129 Comitês poderia ser um empasse para a aprovação do Decreto.

130 Fernanda Pirillo (Casa Civil) relembrou que, mesmo que estas previsões não estejam descritas
131 no texto, seria necessário constar na instrução processual que acompanha a minuta de Decreto
132 uma declaração orçamentária de algum Ministério, informando eventual impacto orçamentário,
133 quanto seria este impacto e qual ação orçamentária irá cobrir as atribuições.

134 A *Coordenadora do GT* questionou se não poderia ser criada uma ação orçamentária informando
135 que o valor da taxa vai ser destinado àquela conta.

136 Fernanda Pirillo (Casa Civil) falou que no Decreto será necessário informar para onde vai a
137 taxa. Explicou que, como é exercício do poder de polícia, a taxa poderia ir para Ibama e Anvisa;
138 porém o MMA não possui poder de polícia, sendo essa uma questão jurídica a ser enfrentada.

139 Washinton Bonini (MDIC) comentou sobre a necessidade de acesso ao banco de dados do CAS
140 para a execução das atividades relacionadas com a Lei 15.022/2024.

141 Sobre este tópico, foi pontuada a necessidade de consulta à Chemical Society para verificar



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

142 se, para a finalidade de aplicação da Lei, seria necessário pagar para ter acesso ao CAS. Destacou-
143 se que o Ministério da Tecnologia talvez possuísse acesso a este banco de dados por causa do
144 CAPES.

145 Camila Hubner (ABIQUIM) se comprometeu a tentar colocar o MMA em contato com o
146 escritório da Chemical Society no Brasil.

147 **Encaminhamentos**

148 Foi necessário ajustar o calendário de reuniões do grupo de trabalho, devido ao conflito de
149 datas entre as reuniões do GT-Regulação e do CONAMA. Com isso, as reuniões agendadas para
150 os dias 23 e 24/04, foram remarcadas da seguinte maneira:

Reunião	Nova data
10ª reunião	24/04
11ª reunião	25/04

151 **Encaminhamentos**

- 152 • SBTox vai propor aprimoramento da redação conforme comentários feitos durante a
153 reunião
- 154 • SBTox vai redigir o capítulo sobre priorização
- 155 • Casa Civil vai propor maneira de separar os processos de avaliação de risco e medidas de
156 gerenciamento de risco
- 157 • ABIQUIM vai colocar o MMA em contato com o escritório da Chemical Society no Brasil
- 158 • Membros do GT poderão enviar sugestões de redação até o dia 27/03/2025
- 159 • A coordenação irá compilar e encaminhar a compilação das contribuições para os
160 membros do GT até o dia 28/03

161 **II Anexo A**

162 **Lista de participantes:** Alan Alves (IBAMA); Ana Catarina de Amorim (CRQ-I); Antonio Anax
163 Falcão (SBTox); Ariadne Morais (ABIHPEC); Aristeu de Oliveira (MS); Barbara Bonalume
164 (Givaudan do Brasil LTDA - membro da ABIQUIM); Bianca Marigliani (HSI); Camila Boechat
165 (MMA); Camila Gontijo (PNUMA); Camila Hubner (ABIQUIM); Carlos Roberto Ferreira ABIQUIM
166 - Associado Dow Brasil); Daniele Procópio (MMA); Eduarda Santana (Kemira Chemicals Brasil);
167 Elaine Faquim (ABIQUIM); Fabriciano Pinheiro (Intertox); Fairah Barrozo (MS); Fernanda Salles
168 (MS); Glória Benazzi (Sinproquim); Ilerson Mello (Rhodia Brasil AS); Júlio Soncim (Lanxess);
169 Lidiane de Moraes (ExxonMobil Química Ltda); Maria Augusta Costa (ABIFRA/CNI); Marília Porto
170 (Ibama); Mauricio Valiengo (Evonik Brasil Ltda); Patricia Ferreira (Infobasys - MPDF Consultoria);
171 Patricia Dias (Fundacentro); Peter Rembishevski (Anvisa); Polyana Vieira (BASF); Priscila
172 Fabretti (Associquim); Rafael Eudes (TOXISPHERA); Raquel Dias (Solenis); Roberta Motta
173 (Cargill); Tasso Cipriano (Fundação Santo André); Thaianne Resende (MMA); Tiago Oliveira



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

174 (HENKEL); Tricia Arruda (MS); Washington Bonini (MDIC); Zuleica Nycz (TOXISPHERA).

175 Brasília, 19 de março de 2025
176

177 GT-Regulação de Substâncias Químicas – Memória da 1ª Reunião.23.março.2025